



**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I (DEDC I)
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

MARIA JUCINEIDE ALVES DA CRUZ

**MEMÓRIAS DAS PRÁTICAS DE ESTÁGIO A PARTIR Da VIOLÊNCIA VERBAL
ENTRE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL EM ESCOLA PÚBLICA**

**SALVADOR/BA
2024**

MARIA JUCINEIDE ALVES DA CRUZ

**MEMÓRIAS DAS PRÁTICAS DE ESTÁGIO A PARTIR Da VIOLÊNCIA VERBAL
ENTRE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL EM ESCOLA PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título em licenciada em Pedagogia à Universidade do Estado da Bahia (UNEB) campus I, orientado pela Prof^a Dr^a Érica Valéria Alves.

**SALVADOR/BA
2024**

Este trabalho é dedicado a minha irmã Jaciana Alves da Cruz, que por atuar na educação acabou sendo meu incentivo e inspiração.

AGRADECIMENTOS

Expresso minha profunda gratidão a Deus por me fortalecer e guiar diante dos desafios e obstáculos enfrentados ao longo do curso.

Agradeço aos meus pais, irmãos, marido e filho pelo apoio incondicional, especialmente nos momentos mais difíceis, e pela compreensão diante da minha ausência enquanto me dedicava intensamente à minha trajetória acadêmica e à realização deste trabalho.

As minhas sobrinhas Gleice Carla Cruz e Kayra Cruz que me ajudaram bastante no decorrer do curso.

Sou igualmente grata aos professores, cuja paciência, orientações e ensinamentos foram essenciais para o meu crescimento, deixando lições que certamente levarei para toda a vida.

Às amigas especiais que cultivei durante meu percurso formativo, meu sincero reconhecimento: permanecemos unidos, sem jamais soltar as mãos, fortalecendo-nos mutuamente.

Por fim, celebro com gratidão a concretização do desejo do meu coração: formar-me em uma universidade pública, o que me enche de orgulho e realização.

“A força gerada pela não violência é infinitamente maior do que a força de todas as armas inventadas pela engenhosidade do homem.”
Mahatma Gandhi, líder pacifista indiano.

RESUMO

A violência verbal no ambiente escolar, especialmente em escolas públicas, representa um desafio significativo para a educação, afetando tanto o clima escolar quanto o desempenho dos estudantes. Este estudo investigou a relação entre o racismo e a violência verbal entre alunos do ensino fundamental, considerando os impactos desse comportamento no processo de aprendizagem. Com base em pesquisa bibliográfica e memória de observações realizadas durante estágio pedagógico, foram analisadas as causas, consequências e estratégias para enfrentar a violência verbal no contexto escolar. O trabalho teve como objetivo principal compreender as dinâmicas que favorecem a violência verbal, destacando o racismo como elemento estrutural desse fenômeno, além de propor soluções pedagógicas para reduzir sua ocorrência. A metodologia incluiu a análise de literatura acadêmica e reminiscências das observações em estágio em escolas públicas, permitindo uma visão integrada dos fatores que influenciam esse comportamento. Os resultados evidenciaram que a violência verbal compromete a convivência escolar, gera impactos psicológicos nos alunos e prejudica a aprendizagem. Fatores como desigualdade social, falta de ações preventivas e ausência de estratégias de mediação de conflitos foram destacados como agravantes. Estratégias como a comunicação não violenta, a justiça restaurativa e a integração entre escola e comunidade mostraram-se eficazes para prevenir e enfrentar esse problema. Conclui-se que o combate à violência verbal nas escolas exige esforços articulados entre gestores, educadores e famílias. A promoção de valores inclusivos e o fortalecimento da cultura de diálogo são fundamentais para transformar as escolas em ambientes seguros e acolhedores, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos.

Palavras-chave: Violência Verbal, Ensino Fundamental, Racismo.

ABSTRACT

Verbal violence in school settings, particularly in public schools, poses a significant challenge to education, impacting both the school environment and student performance. This study examined the relationship between racism and verbal violence among elementary school students, focusing on the effects of such behavior on the learning process. Using bibliographic research and observations conducted during a teaching internship, the study analyzed the causes, consequences, and strategies to address verbal violence in schools. The primary goal was to understand the dynamics that foster verbal violence, highlighting racism as a structural factor in this phenomenon, and to propose pedagogical solutions to mitigate its occurrence. The methodology included a review of academic literature and field observations in public schools, providing an integrated perspective on the factors influencing this behavior. Findings revealed that verbal violence undermines school interactions, causes psychological harm to students, and hampers learning. Contributing factors include social inequality, a lack of preventive measures, and insufficient conflict mediation strategies. Approaches such as non-violent communication, restorative justice, and stronger school-community integration were identified as effective tools to prevent and address this issue. The study concludes that combating verbal violence in schools requires coordinated efforts among administrators, educators, and families. Promoting inclusive values and fostering a culture of dialogue are essential steps in transforming schools into safe and welcoming environments, ultimately supporting students' holistic development.

Keywords: Verbal Violence, Elementary Education, Racism.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Referências sobre prevenção ou superação da violência nas escolas analisadas

Sumário

1 INTRODUÇÃO	1
2 VIOLÊNCIA	5
2.1 Violência na Escola.....	10
3 POSSIBILIDADES DE PREVENÇÃO O SUPERAÇÃO DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	27

1 INTRODUÇÃO

A escolha deste tema foi motivada pelas observações realizadas durante o estágio pedagógico, em que o professor e eu presenciamos um ambiente desafiador marcado por atos de violência verbal entre alunos do ensino fundamental. Esses episódios, recorrentes no cotidiano escolar, destacaram a complexidade das relações interpessoais e a necessidade de uma abordagem reflexiva sobre o tema.

Ao ingressar no curso de Pedagogia na Universidade Estadual da Bahia (UNEB), a expectativa de vivenciar a prática profissional era grande. Foi nesse contexto que surgiu a oportunidade de participar do Programa de Apoio à Aprendizagem (PAAP), promovido pela Secretaria Municipal de Educação (SMED). Esse estágio remunerado, iniciado no início de 2023, permitiu-me atuar de segunda a sexta-feira, proporcionando uma rica troca de saberes e experiências, algumas surpreendentemente positivas, outras desafiadoras.

Dentre os desafios vivenciados, destacam-se os frequentes atos de violência verbal entre os alunos, frequentemente associados ao racismo, um fator alarmante e significativo. As consequências desse cenário são significativas: perda de interesse pelas aulas, dificuldade em trabalhar em equipe, recusa de atividades e interações com colegas. Falas ameaçadoras e insultos como "gorda", "feia", "magra", "negro de cabelo duro" e "burro" tornam-se recorrentes, gerando um clima hostil que não apenas desvia o foco dos conteúdos apresentados, mas também compromete a convivência e o desenvolvimento socioemocional dos alunos.

O psicológico muitas vezes se desestabiliza, refletindo em um rendimento escolar comprometido. Ao entrarem na sala de aula, o ambiente frequentemente é de inquietação, marcado por xingamentos e agressões verbais. Pequenos motivos desencadeiam comportamentos ofensivos que evoluem para episódios de bullying, com destaque para ofensas racistas, um fator alarmante que tem agravado conflitos.

Essa experiência despertou um interesse profundo em investigar o tema com mais profundidade, culminando na escolha dele como foco do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), dada sua relevância e impacto na formação docente.

A violência verbal no ambiente escolar é uma questão preocupante que vem ganhando destaque nas discussões sobre educação, especialmente no contexto das escolas públicas. Entre alunos do ensino fundamental, essa forma de violência pode se manifestar de maneira explícita e frequente, afetando tanto o ambiente de

convivência quanto o processo de aprendizagem. Compreender os fatores que desencadeiam a violência verbal e os impactos que ela gera nos estudantes é essencial para a construção de um espaço escolar mais acolhedor e eficaz. Nas escolas situadas em bairros periféricos, essa problemática torna-se ainda mais urgente, considerando as vulnerabilidades socioeconômicas que permeiam o cotidiano de muitos alunos.

Ao longo dos últimos anos, a violência nas escolas públicas tem sido associada a diversos fatores, sendo o racismo um dos principais elementos que contribuem para os atos de agressão verbal. Essas interações conflituosas não apenas deterioram o ambiente escolar, mas também têm um impacto direto no desempenho acadêmico, interferindo na qualidade da educação e nos resultados escolares. Dentro desse contexto, o presente estudo se propõe a analisar o fenômeno da violência verbal entre alunos do ensino fundamental, com o objetivo de compreender suas causas e propor possíveis soluções para o problema.

Diversos fatores impactam a qualidade do aprendizado de alunos em escolas públicas municipais da capital baiana. Nas instituições onde atuei, um dos maiores desafios foi trabalhar com alunos do ensino fundamental, particularmente pré-adolescentes em uma fase marcada por intensas transformações hormonais e corporais. Esse período de descobertas simultâneas exige atenção, paciência e orientações tanto por parte dos pais quanto dos professores, pois envolve demandas complexas além das pedagógicas, como a construção da personalidade e do equilíbrio emocional.

A questão que norteia este trabalho é: de que maneira estratégias coletivas e pedagógicas pode reduzir a violência verbal entre alunos do ensino fundamental, melhorando, conseqüentemente, seu desempenho escolar? Essa pergunta surge a partir de observações feitas durante o estágio pedagógico, onde foi possível identificar que, em muitos casos, a violência verbal é motivada por fatores externos à escola, como o racismo, influenciando diretamente as relações interpessoais e o aprendizado dos alunos.

Com base nas observações e na análise teórica, algumas hipóteses podem ser levantadas: a violência verbal entre os alunos pode estar diretamente relacionada à ausência de um ambiente escolar inclusivo e à falta de estratégias educativas que promovam a convivência saudável. Além disso, é possível que ações pedagógicas integradas entre família e escola, focadas em valores de respeito e

cidadania, contribuam significativamente para a redução dessa violência e para a melhoria do desempenho escolar.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a relação entre o racismo e a violência verbal entre alunos do ensino fundamental e o impacto dessa violência no desempenho escolar. Os objetivos específicos incluem: caracterizar a violência verbal entre os alunos, investigar o racismo como um fator de influência nos atos de agressão verbal e refletir sobre estratégias pedagógicas que possam ser implementadas para minimizar esses comportamentos. Ao atingir esses objetivos, espera-se fornecer subsídios para educadores e gestores escolares enfrentarem esse problema de maneira eficaz.

A relevância deste estudo reside no fato de que a violência verbal no ambiente escolar é uma realidade que afeta não apenas a vida acadêmica dos alunos, mas também sua formação como cidadãos. O trabalho pretende contribuir para a discussão sobre a importância de estratégias pedagógicas inclusivas que combatam o racismo e promovam um ambiente escolar mais seguro e acolhedor. Além disso, o estudo pode servir como referência para políticas educacionais voltadas à melhoria da convivência escolar e do desempenho acadêmico dos alunos.

Para a realização deste estudo, foi utilizada uma metodologia de pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica baseou-se em livros e artigos científicos que tratam de violência escolar, racismo e educação inclusiva, enquanto a pesquisa de campo consistiu em observações diretas feitas durante o estágio pedagógico em escolas públicas. A combinação dessas abordagens permitiu uma análise mais detalhada da problemática, com base em teorias e vivências práticas.

O trabalho está organizado em cinco tópicos. O primeiro tópico examina a violência verbal entre os alunos do ensino fundamental, discutindo suas manifestações e os impactos gerados no ambiente escolar. O segundo tópico se concentra no racismo, abordando como ele intensifica os conflitos verbais e suas consequências para a educação e a convivência entre os estudantes. O terceiro tópico trata da educação e socialização, refletindo sobre como a escola pode atuar como um espaço de construção de relações saudáveis e de respeito mútuo entre os alunos. No quarto tópico, a violência no contexto escolar é analisada de forma ampla, investigando suas causas e efeitos no processo de aprendizagem. O quinto e último tópico discute o papel do educador na educação escolar, sugerindo

estratégias pedagógicas e ações práticas para o enfrentamento da violência e a promoção de um ambiente escolar inclusivo e respeitoso. Por fim, são apresentadas as considerações finais, onde se sintetizam as principais conclusões e se destacam as contribuições do estudo.

Através de uma pesquisa bibliográfica, e revisão de literatura, foram consultadas fontes como livros e artigos científicos, a fim de adquirir conhecimento e fundamentação teórica a respeito do tema a ser explorado. As palavras-chave ou descritores utilizados nessa busca foram: violência, família e escola.

Dessa forma, o presente estudo busca não apenas compreender a violência verbal no ambiente escolar, mas também contribuir para a criação de estratégias eficazes no combate a essa problemática, promovendo uma educação de qualidade para todos os alunos.

2 VIOLÊNCIA

Diversas questões afetam a qualidade do aprendizado de alunos em escolas públicas. Um dos maiores desafios enfrentados nessas instituições é o apoio aos alunos do ensino fundamental, que estão em uma fase de pré-adolescência, caracterizadas por intensas transformações hormonais e físicas. Essa etapa da vida envolve múltiplas descobertas e requer observação, paciência e orientação, tanto por parte dos pais quanto dos professores. Além das demandas pedagógicas, esses alunos enfrentam questões relacionadas ao desenvolvimento da personalidade e do equilíbrio emocional, o que pode gerar um estado psicológico desorganizado, impactando negativamente o rendimento escolar.

Ao chegarem à sala de aula, é comum observar um ambiente de inquietação, onde os xingamentos e ofensas se tornam frequentes. Esse comportamento agressivo, muitas vezes motivado por razões banais, evolui para falas ofensivas que envolvem bullying e racismo, contribuindo para conflitos verbais intensos.

De acordo com Sipriano e Casarim (2023, p. 1):

A palavra bullying é um termo em inglês para descrever um ato de violência física, verbal e/ou psicológica, sendo intencional e repetitiva. Tal prática na maioria dos casos está ligada ao contexto escolar, representado por violências físicas, verbais e atitudes pejorativas, que buscam prejudicar a imagem de outra pessoa. Posteriormente a isso, as ações decorrentes do bullying podem levar à alta incidência de violência nas escolas, visto que é o espaço de maior interação entre os jovens, podendo resultar em desafios para a saúde mental, como depressão, ansiedade, fobia e isolamento social.

Esses embates geram um clima hostil que desvia o foco dos conteúdos pedagógicos, causando desinteresse em participar das aulas e prejudicando a interação entre os alunos. A falta de paciência, a ausência de empatia e a rejeição ao trabalho em equipe ou em dupla são comuns nesse cenário. Expressões ameaçadoras e insultos baseados em características físicas, como "gorda", "feia", "negro do cabelo duro", entre outros, surgem com frequência.

De acordo com Ristum (2001), a violência psicológica é caracterizada por atitudes que prejudicam o desenvolvimento da autoestima, da competência social e da capacidade de estabelecer relacionamentos interpessoais saudáveis. A autora destaca que o termo "psicológico" não se refere à natureza da violência em si, mas sim ao tipo de dano que ela causa no indivíduo. Assim, a violência verbal no

ambiente escolar pode gerar consequências profundas no desenvolvimento emocional e social dos alunos, exigindo ações eficazes para seu enfrentamento.

A violência verbal, especialmente quando associada a insultos racistas, agrava ainda mais o impacto psicológico nos alunos. O racismo no ambiente escolar não apenas intensifica o dano emocional, como também contribui para a exclusão social e o enfraquecimento das relações interpessoais entre os estudantes. Comentários racistas, além de afetarem a autoestima e o bem-estar, reforçam desigualdades e discriminações históricas, criando barreiras adicionais para o aprendizado e para a convivência saudável. Assim, é fundamental compreender o racismo como uma das principais formas de violência verbal, cuja superação requer estratégias educativas que promovam respeito e inclusão dentro das escolas.

A violência verbal se opõe ao modelo dialógico ao centralizar a mensagem no emissor e invalidar a fala do receptor, transformando a comunicação em um instrumento de controle e submissão. Nas esferas responsáveis pela promoção e garantia da aprendizagem – como a família e a escola –, é essencial que os agentes educadores adotem práticas que preservem o processo natural de construção de referências internas por meio do contato com elementos externos. O indivíduo se forma como ser humano a partir das informações que recebe do ambiente, mas esse processo nem sempre ocorre de maneira completa e eficaz. Em alguns casos, a ausência de vínculos dialogais assertivos e afetivos resulta na construção de percepções distorcidas sobre si mesmo, acarretando consequências prejudiciais. Como aponta a literatura, a violência psicológica pode causar grandes prejuízos ao desenvolvimento infantil, afetando os pensamentos intrapessoais, a saúde emocional, as habilidades sociais, a aprendizagem e até mesmo a saúde física (PEREIRA, 2019).

O comportamento agressivo dos estudantes não se refere apenas à fase da pré-adolescência mas também aos conflitos familiares como os mesmos costumam relatar para justificar seus atos agressivos na escola, as guerras sangrentas entre as facções disputando poder por ponto de drogas e as possíveis tentativas da polícia de combatê-las são dois fatores importantes os quais têm chamado a atenção dos educadores para explicar a reprodução violenta das crianças na sala de aula.

O triste cenário em que convivem corriqueiramente tem sido manchete dos meios de comunicação apresentando moradores sendo obrigados a criar seus filhos num bairro onde a própria guarnição polícia não sabe distinguir quem é bandido ou

não, já a criminalidade que finge defender a comunidade no momento mais oportuno invadem casas de família inocente sem pedir licença adentram as moradias da localidade como se fossem propriedades suas e tomam as pessoas inocente e trabalhadoras como refém, na mira de uma arma sobre torturas e ameaças em troca de garantir suas próprias vidas.

A impunidade, o direito negado do ir e vir, as falas silenciadas as próprias pessoas se rotulando como: preto pobre da periferia traz uma forte reflexão. Do que é considerado fim da escravidão, assinatura da lei áurea pela princesa Isabel em 13 de maio de 1888, será que a escravidão chegou mesmo ao fim? É notório que 136 anos se passaram e a desigualdade social e o preconceito racial reina sobre o povo brasileiro.

O ambiente escolar visto como transformador ainda é palco de manifestações raciais, uma questão curiosa que precisa urgentemente ser desmistificada a começar pelas literaturas as quais dão papel de destaque aos brancos, as diversidades recentemente apresentadas na escola necessita de um forte investimento pedagógico e social envolvendo família escola e comunidade local. Com projetos palestras valorizando a importância da conscientização relacionada ao respeito e aceitação as diferenças com envolvimento da Guarda municipal o qual já faz esse trabalho nas escolas junto ao conselho tutela os profissionais da saúde incluindo psicólogos somado teatro brincadeiras oficinas eventos abertos a todos da comunidade seria um trabalho importante envolvendo saúde, segurança, Educação, família e comunidade, todas essas esferas juntas promoveriam um evento grandioso e significativo, onde todos seriam contemplados inclusive as crianças iriam entender melhor essas questões sociais. Apresentar propostas educacionais que incluam a educação da população negra com uma tarefa política e pedagógica.

Cavalleiro (2010), diz que a escola constitui apenas mais uma instituição social onde as características raciais negras são usadas para depreciar, humilhar e excluir. Assim, depreciadas humilhadas e excluídas pela prática escolar e consumidas pelo padrão racista da sociedade, as crianças, jovens, adultos e idosos negros e negras, são obrigados a constantemente deslocarem sua energia vital – que deveria estar voltada para o seu desenvolvimento e para a construção de conhecimento e socialização – para investir em repetidos e inúteis esforços para se sentirem aceitos no cotidiano escolar.

Pode-se dizer como fazem os que se deliciam como jogo de palavras que aqui não há racismo (à moda Sul-Africana ou americana) nem preconceito ou discriminação, mas não se pode esconder que há diferenças sociais e econômicas estruturais e seculares, para as quais não se busca remédios. A naturalidade com que os responsáveis encaram tais situações é indecente, mas raramente é adjectivação dessa maneira. Trata-se na realidade, de uma forma do apartheid “à brasileira”, contra a qual é urgente reagir se realmente desejamos integrar a sociedade brasileira de modo que, num futuro próximo, ser negro no Brasil seja, também, ser plenamente brasileiro (SANTOS, 2002).

O autor deixa uma reflexão da triste realidade do racismo maquiado que cerca há séculos a comunidade negra que sutilmente tem seu lugar de fala silenciado onde o branco burguês continua sendo destaque de uma social hipócrita e oportunista a qual continua a enxergar o negro somente como mão de obra barata para suprir seus próprios interesses. No entanto, ainda que a passos lentos, o negro vem conquistando seu espaço de direito, na sociedade brasileira.

Para Durkheim (1952, apud Santos, 2012, p. 13): “A educação não se limita a desenvolver o organismo, no sentido indicado pela natureza, a tornar tangíveis os germes, ainda não revelados, à procura de oportunidade para isso”. A necessidade da educação foi criada pelos próprios homens, por sentirem necessidade de reflexão, pensamento e organização, devido à necessidade de conhecimento que o ser humano possui e em favor da harmonia social.

A socialização de um indivíduo está relacionada a seu acesso aos meios de convívio social, que se baseiam principalmente na família, educação e religião. Esse processo ocorre na infância e, de um modo geral, a família já busca formas de inclusão familiar que vão refletir positiva ou negativamente no convívio social de um modo geral. A educação escolar possibilita o desenvolvimento social e humano da criança que está inserida nesse contexto, pois o fato da criança estar tendo seu primeiro contato com pessoas com culturas, hábitos e costumes totalmente diferentes dos percebidos no convívio familiar, por esses e outros fatores, a vida escolar possui grande influência na vivência social de uma pessoa.

A socialização é o processo de internalização do mundo social, com suas normas, valores, é o processo de constituição de uma realidade subjetiva, que se forma a partir das primeiras relações do indivíduo com o mundo social (MOTA, 1979).

Para o mesmo autor, a socialização se dá em níveis de:

- Socialização primária: família, creches, abrigos;
- Socialização secundária: essa socialização irá ocorrer na escola, no grupo de amigos (que na adolescência, assume importância como grupo de referência para o comportamento, hábitos, valores e o sustenta no seu enfrentamento com o adulto) e, mais tarde, no grupo de trabalho e em outros grupos de vivência e participação.

O processo de educação como fenômeno humano é muito mais amplo, e precisa estar nas condições. É sobre esse primeiro aspecto que tratamos, buscando indicar tratar-se de duas experiências humanas diferentes. A primeira, entendida como processo mais amplo e muitas das vezes sem qualquer racionalidade humana previamente estabelecida. Acontece algo totalmente imprevisto e o ser humano que o presenciar estará aprendendo com a vivência.

Mas quando falamos de processo de aprendizagem no contexto da educação escolar falamos de algo relacionado à educação no sentido amplo, mas absolutamente diverso, porque nesse caso, trata-se de um processo cuja racionalidade humana prévia faz parte. Melhor ainda. É uma condição necessária. Falamos de um processo de aprendizagem planejado, institucionalizado, socialmente imposto pelo Estado.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º que aponta:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Brasil, 1988)

Infelizmente existe uma falha no cumprimento desses direitos, deixando a desejar no suprimento das necessidades básicas. No entanto, é importante garantir também a proteção dessas crianças contra quaisquer tipos de violência familiares, sendo este um grande desafio, considerando que no ambiente familiar a criança deveria estar resguardada.

É possível refletir que o problema começa com a falta de políticas públicas, passando pela falta de direitos básicos para determinadas classes sociais, onde está inserida a maioria dos estudantes das escolas públicas, nas quais vão estar expostos a todo tipo de violência proveniente de casa, do bairro onde moram e até dos colégios públicos onde estudam.

A escola, em sua singularidade, contém em si a presença da sociedade como um todo, isto é, a escola é um local que possibilita novas experiências, uma vivência social que muitas vezes reflete o grupo familiar, apesar de proporcionar um contato com o conhecimento sistematizado e com um universo de interações com pessoas e ambientes diferentes. Ainda assim, a escola é capaz de provocar transformações no processo de desenvolvimento e formação (Morin, 2006).

A educação escolar possibilita o desenvolvimento social e humano da criança que está inserida nesse contexto, pois o fato da criança estar tendo seu primeiro contato com pessoas com culturas, hábitos e costumes totalmente diferentes dos percebidos no convívio familiar, por esses e outros fatores, a vida escolar possui grande influência na vivência social de uma pessoa.

Sem dúvida, a contribuição da educação escolar não é apenas melhorar os padrões de vida dos cidadãos, mas também capacitá-los a tornarem-se melhores cidadãos. Além de ser um direito humano, a educação é um pré-requisito para o desenvolvimento e também um meio eficaz para tomar decisões baseadas no conhecimento e melhorar a democracia. Educação melhora e fortalece as capacidades de desenvolvimento de indivíduos, comunidades, grupos, instituições e países. A educação pode criar um mundo mais seguro, saudável e próspero e melhorar os padrões de vida, alterando as visões e perspectivas dos indivíduos.

2.1 Violência na Escola

O cenário de violência verbal nas escolas públicas brasileiras revela uma realidade preocupante, refletida em diversos estudos e levantamentos realizados nos últimos anos. De acordo com dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil se destaca negativamente no ranking global de agressões em ambiente escolar. Esses índices colocam o país entre os líderes mundiais em violência contra professores, com números que permanecem estáveis ao longo dos anos (G1, 2023).

Em 2019, uma pesquisa envolvendo 250 mil professores e líderes escolares de 48 países indicou que as escolas brasileiras são significativamente mais propícias ao bullying e à intimidação do que a média internacional. No mesmo levantamento, 28% dos diretores escolares brasileiros relataram ter testemunhado

situações de bullying entre alunos, um percentual duas vezes superior à média registrada pela OCDE (APEOESP, 2019).

O bullying pode manifestar-se de maneira direta ou indireta, assumindo diversas formas. Na modalidade verbal, inclui insultos, ofensas, xingamentos, apelidos depreciativos, piadas ofensivas e humilhações. Já no aspecto físico e material, abrange ações como bater, chutar, empurrar, ferir, furtar ou destruir pertences da vítima e atirar objetos contra ela. No âmbito psicológico e moral, manifesta-se por meio de humilhações, exclusões, isolamento, intimidação, ameaças, chantagens, perseguições e difamações. Quando relacionado à esfera sexual, envolve abusos, violência, assédio ou insinuações inadequadas. Por fim, no contexto virtual, conhecido como *cyberbullying*, ocorre por meio da internet, com ataques que podem incluir difamações, ofensas e outras formas de violência digital (Nunes, 2022).

Além disso, episódios de abuso verbal contra professores ocorrem semanalmente em 10% das escolas brasileiras, enquanto a média internacional é de apenas 3%. Esse ambiente de agressividade tem implicações diretas no bem-estar, nos níveis de estresse e na permanência dos educadores na profissão. Estudos anteriores, como o realizado em 2017 pela OCDE, apontaram que 12,5% dos professores no Brasil relataram ser vítimas de agressões verbais ou intimidações de alunos ao menos uma vez por semana, índice mais alto entre os 34 países analisados. Dados do Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (Apeoesp) mostram que a violência verbal também é uma realidade frequente entre os alunos. Em 2019, 37% dos estudantes relataram ter sido vítimas de agressão, sendo o bullying (22%) e a agressão verbal (17%) as formas mais recorrentes (G1, 2023).

Relatos de apelidos pejorativos, exclusão e humilhação revelam a persistência de uma cultura de desrespeito no ambiente escolar. Situações de preconceito em relação à orientação sexual foram igualmente destacadas, ilustrando a vulnerabilidade de estudantes que fogem à heteronormatividade. A omissão de temas ligados à diversidade sexual no currículo foi mencionada como fator que agrava o problema, ao não proporcionar espaços de discussão e conscientização sobre o respeito às diferenças. Em paralelo, a violência verbal foi identificada como preditora de conflitos físicos, demonstrando a necessidade de intervenções preventivas que considerem as intersecções entre as diferentes formas de agressão. Esses resultados enfatizam a importância de estratégias coletivas e pedagógicas

voltadas à promoção de uma convivência mais respeitosa e inclusiva no ambiente escolar (Giordani, Seffner, Dell'aglio, 2017).

As consequências da violência verbal no ambiente escolar são amplas. Segundo os dados analisados, essa agressividade, muitas vezes "normalizada", compromete tanto a qualidade do ensino quanto o processo de aprendizagem, gerando impactos negativos na convivência escolar e no desempenho acadêmico.

Os dados reforçam a importância de políticas públicas e estratégias pedagógicas que promovam a inclusão, o respeito mútuo e a resolução pacífica de conflitos. É fundamental que gestores, professores e a comunidade escolar atuem em conjunto para transformar as escolas em ambientes seguros e acolhedores para todos.

A escola, que é um espaço onde se consolidam as interações sociais, vem se apresentando como o reflexo do que os alunos vivenciam em suas experiências familiares, sendo este um dos principais fatores a serem considerados nesse estudo, uma vez que a violência verbal entre crianças no ambiente escolar afeta o desempenho das crianças/ adolescentes além de interferir diretamente na a concentração no processo de aprendizagem de alunos.

A criança que vive em determinados ambientes familiares e presencia diferentes tipos de violência, tende a repetir esse comportamento no convívio escolar com os seus colegas. Isso acontece porque a família é o primeiro contato da criança, de forma que é nesse ambiente que ela aprende a se comportar na sociedade. Se seu ambiente é hostil, naturalmente é assim que ela percebe o mundo.

O problema da violência tem chamado a atenção em diversos níveis da sociedade, e no que diz respeito ao ambiente escolar e é em meio a este contexto que professores, estudantes, famílias e demais protagonistas da educação trabalham para avançar no processo educacional.

Entre os aspectos da violência, os de maior relevância que comprometem e sustentam a violência verbal entre os alunos é falta de educação familiar, no qual seus responsáveis têm a obrigação de ensinar os valores éticos no qual eles estão inseridos e que norteiam a sociedade no qual eles vivem, ensinando-os sobre o respeito às diferenças de gêneros, combate ao racismo, comportamento, respeitar as pessoas, saber conviver em grupos e dizer não a todo tipo de violência principalmente o *bullying*.

A violência doméstica inclui a violência familiar, ou ainda, violência intrafamiliar, e é considerada como aquela praticada através de atos de maus tratos desenvolvidos no âmbito domiciliar, residencial ou no lugar onde habite um grupo familiar (Ritt; Cagliari; Costa, 2007).

Alguns fatores de risco se destacam como causas da violência, como conflitos familiares com pais e irmãos, relações negativas entre pais-filhos, apego inseguro, ou mesmo depressão crônica da mãe ou de outro ente. A verdade é que as crianças passam por situações diversas em seus lares, tendo muitas vezes que acelerar o processo de responsabilização, quando precisam ser os pais da casa, por exemplo, quando há pais alcoólatras, as crianças se responsabilizam pelos irmãos, para atenderem necessidades básicas como alimentação, higienização, sono, dentre outros, deixando de ser cuidado para ser o que cuida, e isso refletirá nas suas vivências sociais em quaisquer outros ambientes fora do contexto familiar (Azevedo; Guerra, 1995).

Heidrich (2009), por exemplo, discutindo o papel da educação escolar relacionado à questão social de um indivíduo, defende que:

A escola foi criada para servir à sociedade. Por isso, ela tem a obrigação de prestar conta de seu trabalho, explicar o que faz e como conduz a aprendizagem das crianças e criar mecanismos para que a família acompanhe a vida escolar dos filhos (Heidrich, 2009, p. 25).

Ainda nesse sentido, a escola, em sua singularidade, contém em si a presença da sociedade como um todo, isto é, a escola é um local que possibilita novas experiências, uma vivência social diferente daquele grupo familiar, no sentido de proporcionar um contato com o conhecimento sistematizado e com um universo de interações com pessoas e ambientes diferentes, capazes de provocar transformações no processo de desenvolvimento e formação (Morin, 2006).

Outro fator é o papel do educador, que nesse contexto tem seu trabalho comprometido, e acaba sendo frustrante para o professor iniciar suas atividades diárias se deparando com um cenário conflituoso com xingamentos de cunho racista, *bullying* entre os alunos, comportamento considerado ato violento, promovendo a falta de concentração sobre interferência na aula dos professores os conteúdos regras e valores entre outros saberes parecem perder o sentido e o desempenho na aprendizagem dará um resultado prejudicial sem falar no prejuízo maior causado pelo rótulo preconceituoso as vozes marcantes, as quais impactam a saúde mental.

A Educação está associada ao contexto do desenvolvimento humano e social de cada indivíduo, e está diretamente ligada à relação social entre os indivíduos. Pois, “o ser social não nasce conosco, nem se forma por nossa livre e espontânea vontade, pois o homem naturalmente não se subordinaria a questões que não o agradassem, ou que o fizessem sofrer” (Santos, 2012, p. 13), de modo que se trata de uma formação social necessária à harmonia entre os seres humanos.

Humanamente, a educação possui a função de formar o ser social, a partir da transmissão dos ensinamentos cultivados na história de uma determinada sociedade, tendo o poder de criar um novo ser social adaptado a novos conhecimentos que são passados entre as gerações.

A educação, como fenômeno humano, é tanto uma fundação social quanto um processo que ocorre na sociedade. Se estabelecido uma sequência anterior e hierárquica, a sociedade pode ser considerada como o objetivo e a educação pode ser considerada como o meio indispensável deste objetivo. A este respeito, pesquisar a relação funcional entre educação e sociedade e suas outras instituições é de grande importância para o desenvolvimento da comunidade.

Muito se confunde a educação com o ensino. No entanto, Freitas (2005, p. 7) aponta a educação como “responsável pela humanização do homem, ou seja, ela é um fenômeno inerente ao ser humano e, portanto, não se reduz ao ensino, todavia, ensino é educação”. A educação engrandece o homem, aumenta o senso de humanidade, e é parte intrínseca do desenvolvimento humano, social e cultural independente de como ela ocorre.

A educação escolar está diretamente relacionada ao processo da educação formal, que acontece no contexto escolar, e, sobre a importância da escola, Piaget (1990) entendia que a escola é o meio de interação das crianças, é o local onde o desenvolvimento cognitivo é estimulado e a autonomia da criança vai sendo despertada assim como o raciocínio lógico. A escola é o local onde os alunos devem ser motivados a explorar, manipular, experimentar, questionar e procurar respostas por si mesmas - a atividade é essencial.

A escola possibilita o desenvolvimento cognitivo à medida que a criança se desenvolve e interage constantemente com o mundo ao seu redor, o conhecimento é inventado e reinventado (Assis, 2018).

A escola é um componente indispensável do sistema educacional, pois tem o papel da instrução e da formação de personalidade que possibilita o progresso

econômico e o desenvolvimento social. O desenvolvimento social está particularmente relacionado com a educação e instrução, pois, a partir disto, os problemas podem ser identificados e os cidadãos informados sobre esses assuntos de forma democrática.

Ao determinar os objetivos educacionais, deve-se dar devida atenção aos aspectos individuais e socioculturais e levar em consideração critérios de eficiência social. A coordenação de todas as ações já realizadas ou a serem prosseguidas é imperativa para desenvolvimento. Para realizar o desenvolvimento humano e social, é necessário organizar atividades educativas compartilhadas para familiarizar a sociedade com o trabalho em grupo.

As condições sociais e naturais determinam o papel e a função da educação, e dentro do relacionamento entre educação e sociedade, a característica mais saliente da educação é o contexto social. A sociedade e a educação se completa, uma parte não pode se desenvolver sem a outra parte. A educação afeta não apenas a pessoa educada, mas também toda a comunidade em que essa está inserida, começando pela sua família. Em outras palavras, elevando o número suficiente de pessoas com acesso à educação, maiores serão os resultados sociais.

A educação tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança o estado físico e morais que são regidos pela sociedade política no seu conjunto. Ou seja, a educação existe para moldar os Cidadãos de acordo com as estruturas e necessidades da própria sociedade (Santos, 2012, p. 13).

Durkheim (1952, apud Santos, 2012) atribui aos pais e professores o direcionamento ao processo educativo pedagógico na vida da criança e que o autoritarismo praticado seja planejado e organizado, para que os objetivos da educação sejam transmitidos sobre variados valores e sentimentos de forma observatório e cuidadosa. O autor enfatiza também que quando ações adultas partem para a agressão física ou verbal neste caso, a criança poderá além de produzir esses gestos também não irá compreender a essência do caráter educativo (Santos, 2012).

A Constituição Federativa da República do Brasil de 1988 enfatiza ainda, no seu artigo 205 que a educação é um dos direitos sociais pertencentes a todos os cidadãos brasileiros, e deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, “ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

Alguns educadores apresentam comportamentos problemáticos ao lidar com a violência na sala de aula, no entanto, a abordagem para lidar com comportamentos problemáticos é compreender a raiz do problema, melhorando a comunicação e promovendo uma melhor interação social entre os estudantes. A partir da observação dos comportamentos é fundamental que o educador elabore um plano de apoio ao comportamento usando abordagens antecedentes que exigem uma avaliação cuidadosa do ambiente dos alunos para especificar recursos ou variáveis que estabelecem a ocasião para um comportamento desejável ou indesejável (Santos, 2012, p. 13).

Professores e pedagogos podem efetivamente desenvolver e implementar intervenções comportamentais, e podem ir além da percepção comum dos professores que tais intervenções são muito demoradas, abrangentes e complicadas para sua implementação em uma sala de aula com necessidades especiais.

É de grande importância que haja um treinamento para professores que certamente irão lidar com esse tipo de situação, pois os professores desempenham um papel crucial no processo de garantir que o aprendizado seja eficiente.

A socialização, comunicação comportamental e cognitivo são os desafios que podem afetar o desempenho dos estudantes que presenciem violência nas famílias, e podem ser barreiras para o aprendizado bem-sucedido, se os professores de educação geral não receberem os recursos para apoiar as necessidades de seus alunos.

Muitas escolas e educadores muitas vezes não estão adequadamente preparados para atender às complexas dificuldades desses estudantes. Educadores normalmente se deparam com dúvidas sobre o ensino de crianças desse contexto devido a sentimentos de inadequação quanto à preparação, e correm risco de se tornar menos receptivos a esses alunos ou respondem com frustração e raiva.

3 POSSIBILIDADES DE PREVENÇÃO O SUPERAÇÃO DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

Desde o início deste trabalho, contextualizamos a violência nas escolas e suas principais causas e consequências. Neste momento, apresentamos uma revisão de literatura com publicações que indicam a possibilidade de prevenção ou superação desse quadro de violência.

Para a revisão recorreremos ao Google Acadêmico¹, usando como descritores "violência verbal" + "escola" + "prevenção". Restringindo a busca a publicações a partir de 2020, obtivemos o retorno de mais de duas mil publicações. Usando como critério para a inclusão as publicações que tenham explícito no título que discutem possibilidades de prevenção ou superação da violência nas escolas foram selecionadas as referências indicadas no quadro 1.

Quadro 1 – Referências sobre prevenção ou superação da violência nas escolas analisadas

Título	Autores	Tipo de publicação, ano
Bullying Escolar: A Comunicação não Violenta como Estratégia à sua Prevenção.	Mariana Pinheiro Fernandes	Anais de evento científico, 2023.
Violência na escola: conceitos e atitudes na prevenção de atitudes violentas.	Elli Leonilda Beije Burzi	Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização, 2021.
Reflexões sobre os possíveis impactos da violência nas escolas: percepções docentes sobre as causas, efeitos e prevenção.	Gilberto Sousa Silva, Eriosvaldo Lima Barbosa, André Felipe Seabra dos Santos	Periódico científico, 2023.
A cultura de violência na escola: como lidar com um problema cada vez mais presente?	Elizabete Cajé de Souza Silva	Periódico científico, 2023.
Prevenção ao bullying e efetividade.	Marcos Rolim, Ágata Borges Kalil	Periódico científico, 2024.
A prevenção de conflitos e violência no ambiente escolar por meio da justiça restaurativa: a necessidade da escuta ativa num ambiente dialógico.	Débora de Lima Marreiro, Eduardo Fofonca.	Periódico científico, 2022.

¹ Scholar.google.com

As dificuldades e as possibilidades do enfrentamento da violência dos anos iniciais do ensino fundamental de uma escola pública no município de Luziânia-GO	Aline Melo de Freitas	Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia, 2023.
Prevenção da violência escolar na perspectiva de diferentes atores: uma proposta de prevenção	Shirlei de Matos da Silva	Dissertação de Mestrado, 2024.
A violência escolar: diagnóstico e propostas de solução.	Maria Eleusa Montenegro (Org.), et al.	Livro, 2021.
Realidade mental, mundos possíveis.	BRUNER, Jerome.	Livro, 1997
Histórias de vida em educação: por um paradigma transdisciplinar de formação da vida com abertura de frentes existenciais de pesquisa.	Gaston Pineau	Artigo, 2024.

Fonte: Autoria própria

Fernandes (2024) realizou um estudo com o objetivo de analisar pesquisas sobre o bullying escolar entre pares e apresentar a comunicação não violenta como uma estratégia de intervenção nas escolas, visando minimizar e prevenir esse tipo de violência. A abordagem é fundamentada em discussões realizadas no âmbito nacional, com base em estudos científicos disponíveis em plataformas acadêmicas.

O autor destaca o bullying escolar, especialmente a violência verbal, como uma preocupação frequente. Ele propõe a comunicação não violenta como uma ferramenta eficaz para criar um ambiente de respeito e acolhimento. Essa abordagem fomenta a sensibilidade comunicativa e a escuta ativa, envolvendo gestores, docentes e discentes na construção de relações menos agressivas. O estudo sugere que estratégias pedagógicas alinhadas à comunicação podem reduzir conflitos e promover um ambiente mais harmônico. Além disso, Fernandes sugere o engajamento do grupo gestor e dos educadores na formulação de estratégias que promovam o diálogo e a convivência pacífica, sinalizando que a transformação das relações interpessoais no ambiente escolar pode ser um dos caminhos para a superação da violência.

Bruner (1997) argumenta que a construção da realidade é mediada pela linguagem e pelas narrativas compartilhadas, que criam "mundos possíveis" capazes de moldar a compreensão e a experiência humana. Essa perspectiva é relevante ao tratar do bullying e da violência verbal no contexto escolar, pois demonstra como

práticas discursivas hostis podem reforçar padrões de exclusão e discriminação. A comunicação não violenta, como proposta por Fernandes (2024), pode ser vista como uma ferramenta para desconstruir essas narrativas opressoras e promover a criação de novas interações baseadas no respeito e na inclusão, contribuindo para um ambiente escolar mais harmônico.

Pineau (2024), por sua vez, enfatiza a importância das histórias de vida na formação educacional, propondo um paradigma transdisciplinar que valoriza as experiências subjetivas e os contextos existenciais dos indivíduos. Sua abordagem pode enriquecer as estratégias de enfrentamento da violência verbal ao destacar a necessidade de considerar as trajetórias individuais de alunos e educadores. Ao integrar elementos das histórias de vida na prática pedagógica, é possível abrir caminhos para a construção de um ambiente mais empático, onde o diálogo e a compreensão mútua sejam centrais, alinhando-se às propostas de mediação e transformação social no ambiente escolar.

A pesquisa realizada por Rolim e Kalil (2024) mostrou como o bullying escolar tem se consolidado como uma preocupação global, impulsionando uma vasta tradição de pesquisas empíricas sobre fatores de risco e proteção. Com esse acúmulo de conhecimento, diversos países passaram a desenvolver programas de prevenção, explorando diferentes abordagens e técnicas. No Brasil, contudo, ainda há um longo caminho a percorrer. Os poucos programas implementados nas escolas brasileiras geralmente não partem de diagnósticos locais nem seguem metodologias estruturadas. Assim, frequentemente dependem do empenho individual, tornando difícil avaliar sua real eficácia.

Na ausência de dados concretos, essas ações são conduzidas sem clareza sobre seus resultados, configurando um cenário de incertezas. Essa fragilidade reflete não apenas no campo da educação, mas em uma deficiência mais ampla: a ausência de uma cultura de avaliação de políticas públicas no Brasil. Esse problema histórico permeia governos, órgãos de controle e a sociedade, resultando em ineficiência crônica e desperdício significativo de recursos públicos.

Rolim e Kalil (2024) analisaram programas de prevenção ao bullying, destacando a importância de diagnósticos territoriais e capacitação docente para lidar com fatores de risco. O estudo evidencia que estratégias de longa duração e abrangência universal têm maior eficácia na redução da violência escolar, sugerindo que políticas públicas bem delineadas são indispensáveis para resultados positivos.

Reduzir o bullying nas escolas exige o esforço de transformar esses espaços em ambientes verdadeiramente acolhedores e seguros, um objetivo que demanda tempo e ações contínuas. Em vez de soluções rápidas ou intervenções pontuais, é necessária a implementação de programas de prevenção que se estendam por meses ou até anos. A eficácia dessas iniciativas também depende de sua intensidade e de sua capacidade de se adaptarem às particularidades de cada contexto. Os programas mais bem-sucedidos integram o cotidiano escolar de forma abrangente, envolvendo diferentes abordagens e disciplinas para alcançar resultados duradouros (Rolim, Kalil, 2024).

Montenegro et al. (2021) exploram a complexidade da violência no ambiente escolar, um problema social que impacta diretamente tanto a convivência quanto a formação dos estudantes. A obra ressalta a relevância da escola como um espaço dedicado à cidadania e à tolerância, reforçando que a instituição deve resistir a práticas que comprometam sua missão pedagógica e social. Por meio de entrevistas com diretores, educadores e especialistas, os autores analisam as múltiplas causas da violência escolar, com destaque para o bullying, e apresentam soluções que envolvem a articulação da comunidade escolar e o engajamento de forças externas.

É fundamental examinar o que os dispositivos legais indicam como caminhos para reduzir a violência escolar. A Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) convergem ao propor uma abordagem pautada no envolvimento ativo dos alunos, suas famílias e a comunidade. Essas normas ressaltam a importância de fortalecer a integração no ambiente escolar e incentivar a participação coletiva na identificação e resolução dos problemas que afetam a escola (Montenegro *et al.*, 2021).

Não há soluções definitivas para enfrentar a violência no ambiente escolar, mas é possível identificar princípios orientadores e iniciativas que vêm sendo aplicadas em outros países. O autor ressalta que, embora concepções e projetos possam ser bem elaborados, o sucesso dessas iniciativas depende diretamente do envolvimento de todos os integrantes da comunidade escolar. Além disso, exige-se uma abertura para superar barreiras hierárquicas, frequentemente enraizadas no sistema educacional brasileiro (Montenegro *et al.*, 2021).

Observa-se a relevância do fortalecimento da relação entre escola e comunidade, além da ampliação da participação de todos os envolvidos no processo

educacional. Destaca-se a importância dessa conexão com a comunidade, pois ela favorece uma abordagem mais flexível na formação dos jovens. Para muitos diretores, a ênfase na integração com pais/responsáveis e membros da comunidade local representa uma maneira eficaz de compartilhar e enfrentar os diversos desafios enfrentados pela escola (Montenegro *et al.*, 2021).

Marreiro e Fofonca (2023) abordam uma questão crucial no contexto educacional contemporâneo: a violência e os conflitos nas escolas. Com uma abordagem teórica e prática, os autores exploram como a justiça restaurativa pode ser uma ferramenta eficaz para transformar a dinâmica escolar, promovendo um ambiente de diálogo e respeito.

Os dados apresentados no artigo revelam a gravidade da situação nas escolas públicas brasileiras, onde 42% dos alunos relataram ter sofrido violência verbal ou física. Essa estatística evidencia a urgência de intervenções que não apenas tratem os conflitos, mas que os previnam. Os autores, com suas experiências acumuladas em mais de três décadas na educação, fundamentam suas reflexões na necessidade de uma prática educativa que priorize a escuta ativa e a humanização das relações.

A proposta da justiça restaurativa é apresentada como uma alternativa inovadora e necessária. Os autores traçam um histórico dessa abordagem, destacando suas origens na Nova Zelândia e sua evolução até o Brasil, onde começou a ser implementada em 2002. A justiça restaurativa se distingue por sua ênfase na reparação do dano e na restauração das relações, ao invés de simplesmente punir o ofensor. Essa perspectiva é fundamental, pois reconhece a complexidade das interações humanas e a importância do diálogo para resolver conflitos.

O artigo detalha diversas práticas que podem ser implementadas nas escolas, como círculos restaurativos e a promoção de uma cultura de comunicação não-violenta. Os autores defendem que a formação de professores e gestores é essencial para a adoção dessas práticas, enfatizando que a mudança deve ser sistêmica e não apenas reativa. A ênfase na escuta ativa e na partilha de experiências é um ponto alto do texto, pois sugere que a compreensão mútua pode ser um poderoso antídoto contra a violência.

Marreiro e Fofonca (2023) destacam a importância da justiça restaurativa como uma estratégia viável para a prevenção de conflitos e a promoção de um

ambiente escolar mais acolhedor. A proposta de um espaço de diálogo, onde todos os envolvidos possam ser ouvidos e respeitados, é uma contribuição significativa para a educação contemporânea. O artigo não apenas traz à tona uma problemática urgente, mas também oferece caminhos práticos e teóricos para a transformação das relações na escola, sugerindo que a educação deve ser um espaço de crescimento mútuo e de construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Burzi (2021) ressalta que a violência escolar reflete desafios da contemporaneidade, sendo necessário promover uma cultura de não-violência através da educação para a paz. A pesquisa sugere que esforços integrados entre a escola e a sociedade, incluindo práticas preventivas e reflexões sobre as dimensões física, moral e simbólica da violência, são essenciais para transformar o ambiente escolar em um espaço seguro e acolhedor. A questão estrutural da violência na escola, incluindo as dimensões física, moral e simbólica, é amplamente explorada por Burzi (2021). A educação voltada para a paz e para uma cultura da não violência exige um esforço coletivo da sociedade, o que inclui a capacitação de professores e a implementação de políticas públicas que favoreçam um ambiente seguro e inclusivo. Essas medidas são essenciais para enfrentar as práticas violentas que impactam diretamente o processo de ensino-aprendizagem.

Embora não exista uma solução única para erradicar completamente as práticas de violência, há ações que podem ajudar a prevenir e reduzir esses episódios. As escolas devem ser percebidas pelos alunos e suas famílias como um ambiente seguro. Para isso, é essencial manter canais de comunicação abertos e constantes, o que contribui para a construção de um vínculo de confiança entre ambas as partes. Quando alunos e familiares se sentem acolhidos e seguros no ambiente escolar, ficam mais dispostos a buscar ajuda sempre que necessário. É importante destacar a relevância do diálogo como uma estratégia eficaz para enfrentar a violência nas escolas. O trabalho pedagógico deve ser direcionado para a formação de cidadãos capazes de se expressar, e que o diálogo não se limita à troca de ideias, mas também ao esclarecimento de dúvidas que podem resolver conflitos no ambiente escolar. Ouvir atentamente antes de tomar decisões é crucial. O diálogo deve ser priorizado para que os estudantes se sintam compreendidos e incluídos nesse processo. Contudo, essa mobilização precisa envolver toda a comunidade escolar, com normas claras e acessíveis, para prevenir comportamentos inadequados ou desrespeitosos (Burzi, 2021).

Outras reflexões, como as de Silva, Barbosa e Santos (2023), destacam as percepções docentes sobre as causas, efeitos e formas de prevenir a violência nas escolas. A pesquisa aponta para a necessidade de atividades preventivas, como rodas de conversa, campanhas e palestras que fortaleçam o vínculo entre a escola e a comunidade. Essas iniciativas, segundo os autores, não apenas promovem um ambiente escolar mais saudável, mas também auxiliam no enfrentamento do medo e da insegurança que frequentemente permeiam as relações no contexto educacional.

Por sua vez, Silva (2023) aborda a cultura de violência na escola como um reflexo de problemáticas sociais mais amplas, enfatizando a necessidade de programas de prevenção e de ações comunitárias para transformar a escola em um espaço de paz e segurança. Nesse sentido, práticas como a justiça restaurativa, analisadas por Marreiro e Fofonca (2023), representam uma alternativa valiosa. Essas práticas enfatizam a escuta ativa, o diálogo e a solidariedade como meios para construir ambientes escolares mais colaborativos e menos violentos.

Freitas (2023), investigou a violência nos anos iniciais do ensino fundamental. Sua pesquisa evidencia que as ações do professor em sala de aula, aliadas a estratégias pedagógicas adequadas, podem contribuir significativamente para o enfrentamento da violência. Por fim, Silva (2024) reforça que o diálogo entre os diferentes atores da comunidade escolar é indispensável para a elaboração de programas de intervenção que previnam a violência, destacando o papel da escola como espaço de influência e proteção.

Silva, Barbosa e Santos (2023) abordam as percepções docentes sobre as causas e consequências da violência escolar, enfatizando a necessidade de intervenções preventivas, como rodas de conversa, campanhas e aproximação entre escola e família. Os resultados apontam que o diálogo aberto e a cooperação entre os atores escolares são estratégias fundamentais para combater a violência e promover um ambiente de aprendizagem mais saudável.

Silva (2023) complementa essa discussão ao tratar da violência como um fenômeno multifacetado que demanda esforços conjuntos de diferentes setores da sociedade. O autor defende a implementação de programas de prevenção e ações de conscientização que promovam uma cultura de paz, contribuindo para a formação integral dos estudantes e para a construção de uma sociedade mais justa.

Freitas (2023) e Silva (2024) reforçam a relevância de compreender a violência escolar em suas múltiplas dimensões e propor ações articuladas com os

diferentes atores da comunidade escolar. Os estudos concluem que a prevenção da violência depende de estratégias que combinem formação docente, engajamento da comunidade e implementação de políticas educacionais voltadas para a paz.

Apesar de diversos estudos, pesquisas e experiências que comprovam a eficácia de um modelo democrático baseado na participação da comunidade, ainda há escolas que recorrem a medidas punitivas e ações repressivas. Isso ocorre, apesar da compreensão crescente de que as punições não resolvem os problemas de indisciplina e violência escolar, e da evidência de que a construção de um ambiente participativo pode trazer resultados positivos no combate à violência nas instituições de ensino. É importante destacar que as medidas para combater a violência nas escolas se baseiam em três premissas fundamentais: realizar diagnósticos e pesquisas para compreender o fenômeno de forma concreta, garantir a legitimação dos sujeitos envolvidos e realizar um monitoramento contínuo das ações nas instituições de ensino.

O estudo da violência escolar tem revelado sua complexidade, destacando não apenas suas múltiplas manifestações, mas também a necessidade de ações articuladas para sua prevenção e superação. Neste capítulo, foi apresentada uma revisão de literatura que reúne publicações recentes, propondo caminhos e estratégias para prevenir ou minimizar os efeitos da violência no ambiente escolar.

Essa revisão demonstra que, apesar da complexidade do fenômeno da violência escolar, há múltiplas possibilidades de intervenção que, se bem articuladas, podem promover um ambiente mais seguro e propício ao desenvolvimento integral dos estudantes. A superação da violência nas escolas exige não apenas estratégias pontuais, mas também mudanças culturais profundas que priorizem o diálogo, o respeito e a cooperação mútua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste TCC proporcionou uma análise aprofundada sobre a violência verbal no ambiente escolar, especialmente em instituições públicas, evidenciando como esse fenômeno está diretamente relacionado às vivências observadas durante o estágio pedagógico. As experiências práticas destacaram a complexidade das relações entre alunos do ensino fundamental, onde comportamentos agressivos, frequentemente motivados por preconceitos como o racismo, são recorrentes e prejudicam tanto a convivência quanto o processo de aprendizagem.

O estágio revelou que os episódios de violência verbal são manifestações de questões estruturais mais amplas, como desigualdade social e falta de suporte adequado às escolas. Esses episódios refletem não apenas tensões dentro do ambiente escolar, mas também a ausência de estratégias consolidadas para a mediação de conflitos e o fortalecimento do respeito à diversidade. A vivência prática reforçou a percepção de que essas dinâmicas afetam profundamente o desempenho acadêmico e o bem-estar emocional dos estudantes, criando um ciclo de exclusão e desmotivação.

A violência verbal no ambiente escolar, especialmente em instituições públicas, é uma realidade preocupante que reflete questões sociais mais amplas, como desigualdade econômica, preconceitos culturais e falta de políticas públicas efetivas. Este trabalho explorou como esses fatores contribuem para a manifestação de comportamentos agressivos entre alunos do ensino fundamental, destacando o racismo como um elemento significativo que agrava essa problemática. A análise desenvolvida permitiu compreender que a violência verbal é um fenômeno multifacetado, com causas enraizadas tanto em contextos externos quanto nas dinâmicas escolares.

As reflexões apresentadas apontam que a violência verbal afeta não apenas a convivência e o desempenho escolar, mas também o bem-estar psicológico e emocional dos alunos, perpetuando ciclos de exclusão e preconceito. Nesse contexto, a escola emerge como um espaço crucial para a desconstrução desses padrões, sendo necessário o desenvolvimento de práticas pedagógicas que valorizem o respeito, a inclusão e o diálogo. Além disso, a relação entre os atores

escolares – professores, gestores, alunos e famílias – precisa ser fortalecida para a construção de um ambiente mais acolhedor e seguro.

Foi possível identificar que a violência verbal, frequentemente associada ao racismo, compromete o processo educacional ao gerar ambientes hostis que dificultam a aprendizagem e desmotivam a participação ativa dos alunos. Dessa forma, a superação desse cenário demanda não apenas iniciativas pontuais, mas também uma abordagem integrada que envolva mudanças na cultura escolar e intervenções em longo prazo.

Os dados levantados neste estudo reforçam a necessidade de políticas públicas robustas, voltadas à formação de educadores e à implementação de práticas que promovam a convivência pacífica. Estratégias como rodas de conversa, campanhas de conscientização e programas de justiça restaurativa mostraram-se eficazes em contextos similares, sendo altamente recomendáveis para as escolas analisadas. Outro ponto relevante foi a identificação de que a integração entre escola e comunidade tem papel central na superação da violência verbal. Projetos que incluam famílias e outros atores sociais no enfrentamento dessa problemática fortalecem o vínculo entre a escola e seu entorno, promovendo maior conscientização e engajamento coletivo.

Este trabalho buscou, sobretudo, contribuir para a reflexão sobre como a educação pode atuar como ferramenta de transformação social. A promoção de valores como respeito à diversidade, igualdade de direitos e empatia deve ser parte integrante do currículo escolar, com vistas a formar cidadãos críticos e conscientes.

É fundamental reconhecer que a erradicação da violência verbal nas escolas requer esforços contínuos e a colaboração de diversos setores da sociedade. Apenas por meio de um trabalho conjunto será possível transformar as escolas em espaços de aprendizado verdadeiramente inclusivos e igualitários.

Com base nas análises realizadas, recomenda-se que gestores escolares invistam em formação continuada para professores, priorizando temas como mediação de conflitos, inclusão e práticas antirracistas. É igualmente importante a criação de espaços de escuta ativa, onde alunos e famílias possam dialogar sobre suas vivências. Por último, a implementação de projetos interdisciplinares, que articulem saúde, segurança e educação, deve ser uma prioridade, ampliando o impacto das intervenções na escola e na comunidade.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, O.Z.M. **Educação para o Século XXI**. Anais do I Seminário Internacional – 2018. Disponível em:
<http://www.proepreemacao.com.br/wpcontent/uploads/2018/03/Anais-Educa%C3%A7%C3%A3o-para-oS%C3%A9culo-XXI.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2024.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. (1995). **Violência doméstica na infância e na adolescência**. São Paulo: Robe Editorial.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.
- BRASIL. Presidência da República. Constituição 1988: **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 15 ago. 2024.
- BRUNER, Jerome. **Realidade mental, mundos possíveis**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- BURZI, Elli Leonilda Beije. **Violência Na Escola: Conceitos E Atitudes Na Prevenção De Atitudes Violentas**. 2021. Disponível em:
https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/1968/Elli_Leonilda_Beije_Burzi_TCCPLS_2021.pdf?sequence=1&isAllowed=y 25 nov. 2024.
- CAVALLEIRO, Eliane. **Por um Estado que proteja as crianças negras do apedrejamento moral no cotidiano escolar**. Carta encaminhada ao presidente ao Excelentíssimo Presidente da República Federativa do Brasil, Sr. Luís Inácio Lula da Silva, 2010. Disponível em:
<http://correionago.ning.com/profiles/blogs/por-um-estado-que-as-proteja-as>. Acesso em: 31 mar. 2024.
- FERNANDES, Mariana Pinheiro. **Bullying Escolar: A Comunicação Não Violenta Como Estratégia À Sua Prevenção**. Anais Do Seminário De Educação, Diversidade E Direitos Humanos, [S. I.], v. 2, n. 1, p. 01–05, 2024. DOI: 10.56579/sedh.v2i1.1247. Disponível em:
<https://revistas.ceeinter.com.br/anaisdoseminarioeducacaodiversid/article/view/1247>. Acesso em: 25 nov. 2024.
- FREITAS, Aline Melo de. **As Dificuldades E As Possibilidades Do Enfrentamento Da Violência Dos Anos Iniciais Do Ensino Fundamental De Uma Escola Pública No Município De Luziânia-GO**. 2023. Disponível em:
<https://repositorio.ueg.br/jspui/bitstream/riueg/754/2/MG37%200003-2023%20-%20Aline%20Melo.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2024.

G1. Brasil tem histórico de alto índice de violência escolar: veja dados sobre agressão contra professores. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/03/27/brasil-tem-historico-de-alto-indice-de-violencia-escolar-veja-dados-sobre-agressao-contra-professores.ghtml>. Acesso em: 10 nov. 2024.

GIORDANI, Jaqueline Portella; SEFFNER, Fernando; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. (2017). Violência escolar: percepções de alunos e professores de uma escola pública. *Psicologia Escolar E Educacional*, 21(1), 103–111. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3539201702111092>. Acesso em 01 nov. 2024.

HEIDRICH, Gustavo. **O direito de aprender. Revista Nova Escola/ Guia do Ensino Fundamental de 9 anos.** n.225, Abril. São Paulo: 2009.

MARREIRO, Débora de Lima; FOFONCA, Eduardo. A Prevenção De Conflitos E Violência No Ambiente Escolar Por Meio Da Justiça Restaurativa: A Necessidade Da Escuta Ativa Num Ambiente Dialógico. **Revista Paideia do Colégio Estadual do Paraná**, [S. I.], v. 1, n. 22, 2023. Disponível em: <https://www.seer-ojs.pr.gov.br/index.php/paideia-cep/article/view/22>. Acesso em: 28 nov. 2024.

MONTENEGRO, Maria Eleusa (Org.); et al. **A violência escolar: diagnóstico e propostas de solução.** Brasília: ICPD; CEUB, 2021. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/15597/1/Ebook%20Viol%c3%aancia%20Escolar.pdf>. 25 nov. 2024.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **Controle social nas organizações.** Revista de Administração de Empresas, [S.I.], v. 19, n. 3, p. 02, set. 1979. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901979000300002>. Acesso em: 10 set. 2024.

MORIN, E. **Os setes saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2006.

NUNES, Andréia Bezerra; Sampaio, Francisca dos Prazeres Martins; dos Santos, Vitória Feitosa. Bullying: Causas e Consequências no Processo de Aprendizagem. **Revista Campo dos Saberes**, 2022.

PEREIRA, João Paulo Alves. A Violência Verbal e Suas Determinações Hierárquicas do Contexto Família para o Contexto Escola: Fatores Inibidores no Processo de Aprendizagem por Mediação Segundo Vygotsky e Estratégias de Enfrentamento da Psicologia Escolar. **Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - SERGIPE**, [S. I.], v. 5, n. 3, p. 271, 2019. Disponível em: <https://periodicos.grupotiradentes.com/cadernohumanas/article/view/7179>. Acesso em: 11 nov. 2024.

PIAGET, J. **A representação do mundo da criança.** Rio de Janeiro: Record, 1990.

PINEAU, G. Histórias de vida em educação: por um paradigma transdisciplinar de formação da vida com abertura de frentes existenciais de pesquisa. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica**, Salvador, v. 9, n. 24, p. e1150, 2024. DOI: 10.31892/rbpab2525-426X.2024.v9.n24.e1150. Disponível em:

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/20498>. Acesso em: 25 jul. 2024.

RITT, Caroline Fockink; CAGLIARI, Cláudia Taís Siqueira; COSTA, Marli Marlene da. **Violência contra a mulher compreendida como violência de gênero**. Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NIEM), Porto Alegre, 2009.

RISTUM, Marilena. **O conceito de violência de professoras do ensino fundamental**. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia. (2001). Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11857/1/Marilene%20Ristum.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2024.

ROLIM, Marcos; KALIL, Ágata Borges. Prevenção ao bullying e efetividade. **Rev. psicopedag.**, São Paulo: v. 41, n. 125, p. 338-349, maio 2024. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862024000200338&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 nov. 2024.

SANTOS, Milton. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, K. C. **Émile Durkheim e a educação: Reflexões iniciais**. Maringá, 2012. Disponível em: http://www.dfe.uem.br/TCC/Trabalhos_2012/KAREN_CRIS_SANTOS.PDF. Acesso em: 10 set. 2024.

SILVA, Gilberto Sousa; BARBOSA, Eriosvaldo Lima; SANTOS, André Felipe Seabra dos. **Reflexões Sobre Os Possíveis Impactos Da Violência Nas Escolas: percepções docentes sobre as causas, efeitos e prevenção**. Periferia, [S. l.], v. 15, p. e75003, 2023. DOI: 10.12957/periferia.2023.75003. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/75003>. Acesso em: 25 nov. 2024.

SILVA, Elizabette Cajé de Souza. A Cultura De Violência Na Escola: Como Lidar Com Um Problema Cada Vez Mais Presente? **Revista Gestão & Educação**. maio 2023. Disponível em: <http://revista.faconnect.com.br/index.php/GeE/article/view/345>. Acesso em: 25 nov. 2024.

SILVA, Shirlei de Matos da et al. **Prevenção da violência escolar na perspectiva de diferentes atores: uma proposta de prevenção**. 2024. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/7359/2/Shirlei_de_Matos_da_Silva_2024.pdf. Acesso em: 27 nov. 2024.

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (APEOESP). **Pesquisa indica aumento de casos de violência nas escolas públicas de São Paulo**. São Paulo, dez. 2019. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/noticias/noticias-2019/pesquisa-indica-aumento-de-casos-de-violencia-nas-escolas-publicas-de-sao-paulo/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SIPRIANO, Raphael; CASARIM, Jonathan. **Bullying e Violência Escolar: Suas consequências e como combatê-las**. 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/blog/bullying-e-violencia-escolar>. Acesso em: 10 set. 2024.